



A mudança da esfera pública brasileira na “Teoria do medalhão”, de Machado de Assis

The Transformation of the Brazilian Public Sphere in Machado de Assis’ “Theory of Medallion”

Felipe Moralles e Moraes

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina / Brasil
felipe.moralles@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6591-7803>

Resumo: A partir do conto “Teoria do medalhão”, enfrento três interpretações correntes sobre a obra machadiana – de uma obra que ironiza criticamente as relações baseadas na hierarquia, escravidão e troca de favores, como lê Roberto Schwarz, ou de uma obra que ironiza o ser humano cinicamente, assim Alfredo Bosi, ou tragicamente, assim Rogério de Almeida. Argumento que o conto retrata a função de ornamentação da esfera pública brasileira no momento importante da reconfiguração de uma sociedade rural e estratificada em uma urbana e massificada, como anunciava o movimento republicano. E que a ironia machadiana tem em vista o potencial transformador de uma esfera pública culta, racional e não ornamental, ainda que subalterna, presente na literatura.

Palavras-chave: Machado de Assis; esfera pública; ornamentação; ironia; teoria crítica.

Abstract: Based on the short story Theory of the Medallion, I face three current interpretations of Machado’s work – of a work that is critically ironic about the relations based on hierarchy, slavery and exchange of favors, as Roberto Schwarz reads, or of a work that is cynically ironic about the human being, so Alfredo Bosi, or even tragically ironic, so Rogério de Almeida. I argue that the tale portrays the ornamentation function of the Brazilian public sphere at the important moment of reconfiguration of a rural and stratified society into an urban and massified one, as the republican movement announced. I argue also that Machado’s irony aims the transformative potential of a cultured, rational, and non-ornamental public sphere, albeit subordinate, present in literature.

Keywords: Machado de Assis; public sphere; ornamentation; irony; critical theory.

Janjão comemora sua festa de aniversário de vinte e um anos na noite de cinco de agosto de 1875. É um rito de passagem da menoridade para a maioridade, no sentido jurídico-formal do termo. Há parentes, amigos e, considerando as características do pai, pessoas influentes. Este inicia o diálogo, que vai se encerrar quando Janjão se encontra no vigésimo-segundo ano de vida, no gozo de sua maioridade, já um homem. O rito de passagem é conduzido pelo pai, que não ensina o filho diretamente nem sobre assuntos privados, familiares ou econômicos, nem sobre assuntos políticos, de aquisição ou manutenção de cargos poderosos, mas sim sobre o papel dos discursos, imagens, ideias, teorias, em uma palavra, sobre o papel das razões na sociedade brasileira. A passagem da minoridade à maioridade equivale na “Teoria do medalhão” à passagem do privado ao público.

O conto machadiano retrata um uso público da razão que não tem a pretensão de verdade, de correção das ações ou de expressão da subjetividade, como ocorre respectivamente nas ciências, na moral e na arte, mas sim uma pretensão de ornamentação. Nessa função, a razão atrai os olhares sem os deter sobre si; desvia-os para o portador do ornamento, como fazem tipicamente as joias, os padrões repetitivos e a decoração (GADAMER, 1990, p. 163-164). A razão ornamentadora está sempre se referindo à figura do “medalhão”. Ela não possui um conteúdo independente.

Contudo, há muita disputa em torno da figura do “medalhão”. A primeira parte deste artigo (1) aborda a interpretação de Roberto Schwarz, que destaca na obra machadiana o uso da razão em uma sociedade definida pela escravidão e pela troca de favores. Sustento, ao contrário, que convivem no conto dois tipos de “medalhão”. Um explícito, típico da esfera pública em uma sociedade estamental, isto é, de hierarquias permanentes entre pessoas com muita e nenhuma propriedade, as quais evitam se misturar. Outro incipiente no final do século XIX, característico de uma sociedade composta majoritariamente por pessoas com pouco patrimônio. De acordo com esta interpretação, houve uma reconfiguração da esfera pública no Brasil, acompanhando a passagem de uma sociedade rural e estamental para uma urbana e massificada. Essa mudança conservou a finalidade predominantemente ornamental da esfera pública, mas a adaptou ao novo contexto social.

Nas partes seguintes, enfrento outras correntes interpretativas, segundo as quais a ironia machadiana, em relação ao “medalhão”,

teria um fundo (2) cínico ou (3) nietzschiano. Busco resguardar o sentido crítico contido nos paradoxos machadianos e direcionado contra determinado arranjo institucional.

Meu argumento é que os medalhões não resumiriam o todo da esfera pública brasileira, porque subsistiria, inscrita na ambivalência da ironia machadiana, a possibilidade de surgimento de novos públicos e de novas formas de comunicação, que representariam, então, uma efetiva transformação da esfera pública brasileira.

1 A leitura crítica de Schwarz

“Venhamos ao principal... debes pôr todo o cuidado nas ideias que houveres de nutrir para uso alheio e próprio” (ASSIS, 2008a, p. 271). O objetivo do pai é que Janjão galgue reconhecimento público e *status*. Para isso, recomenda que o filho simule uma erudição respeitável, pela ostentação de frases de efeito, expressões raras, adjetivos empolados, em meio a opiniões surradas e comuns, sem nenhuma pretensão de verdade. Suas ideias, perspectivas, razões etc., não podem passar “de mero adorno”.

A causa para essa estratégia está no início do conto: “... algumas apólices, um diploma, podes entrar no parlamento, na magistratura...” (ASSIS, 2008a, p. 270). De cara, apresenta-se a condição de possibilidade para uma conversa sobre a vida pública brasileira: ser proprietário. Conflito de ideias e argumentos, para quê? Tudo pode ser resolvido com o loteamento de honrarias, influências e cargos entre os membros da oligarquia, ou com favores deles para os homens livres. Por isso, Schwarz fala da construção de ideologias de “segunda ordem”, porque as ideias entram no espaço de razões não como tentativas de sistematização da realidade, nem como potenciais emancipatórios de racionalização, mas sim como cúmplices de uma estrutura material baseada na troca de favores, como “oco dentro do oco”. O medalhão seria uma figura típica das sociedades onde há uma forte divisão de classe (SCHWARZ, 2014, p. 53-55).

Entretanto, o conto é escrito em 1881, quando eram gestadas as ideias que culminariam na declaração da república. A maioria de Janjão é também a maioria do pensamento republicano no Brasil.¹ As

¹ Publicado originalmente na *Gazeta de Notícias* em 1881 e reunido no livro *Papéis avulsos*, publicado em 1882. A edição citada neste artigo é a das obras completas (ASSIS, 2008a).

desigualdades tradicionais (privilégios, poderes e *status*) iam perdendo gradualmente o antigo prestígio, a partir da virada do império para a república. No processo de modernização do país, formas patrimonialistas de lealdade eram convertidas em estratégias de aclamação das massas. O uso público das razões ganhava um novo sentido de ornamentação.

Esquadrinho essas rupturas e retomadas em quatro paradoxos internos à obra: (i) a ambiguidade entre “notoriedade” e intransparência; (ii) o ensino “contra as ideias”; (iii) a imagem de sociedade como “loteria”; e (iv) o “ofício” de si mesmo.

A visibilidade intransparente

Janjão pergunta pela ciência: “– Vejo por aí que vosmecê condena toda e qualquer aplicação de processos modernos. – Entendamo-nos. Condeno a aplicação, louvo a denominação...” (ASSIS, 2008a, p. 272-273). E também pela filosofia: “— Nenhuma filosofia? — Entendamos: no papel e na língua alguma, na realidade nada” (ASSIS, 2008a, p. 275). A primeira ambiguidade explorada ironicamente no conto é entre a visibilidade desejada para o filho e a necessidade intransparência.

Em primeiro plano, o que descreve Machado é a esfera pública – o domínio da troca de ideias, razões, pretensões – funcionando no Brasil à maneira das antigas sociedades feudais e de corte europeias. Nela o intercâmbio se dá em meio às conversações e boas palavras ou, na expressão machadiana, em meio à “chateza de bom tom”, em vez de em meio a argumentos e críticas. Os espaços públicos se restringem às comunidades fechadas e cerimoniais, nas quais não há tráfego ou paridade social. Prevalece a autoridade das hierarquias estabelecidas prevalece, não a autoridade do melhor argumento. Há uma limitação clara entre tópicos questionáveis e os inquestionáveis. O grupo ou os parceiros de conversa não pretendem ser os interlocutores ou os representantes de um público maior, potencialmente composto por todos os cidadãos ou mesmo por toda a humanidade, mas sim criar para si uma aura de prestígio, uma marca de *status* como figuras públicas. Nessa configuração da esfera pública, o público serve apenas para expandir o poder material e simbólico existente no privado, em vez de servir como um princípio orientador e mediador entre o privado e o político (*cf.* HABERMAS, 2011, p. 98 ss. e 141 ss.).

Ao mesmo tempo, o cenário do rito de passagem para a maioridade ilustra a mudança dessa esfera pública. Todos os ritos de passagem são caracterizados por três fases, explica Victor W. Turner (1974, p. 116-117): separação, limiar e reagregação. (i) A primeira fase (separação) significa o afastamento de um ponto fixo na estrutura social ou de um estado, como conjunto de condições culturais. Ela é retratada no conto com a despedida dos convidados e a ordem de fechar a porta da peça da casa onde o pai vai conduzir a conversa com o filho. (ii) Durante a segunda fase (limiar), as características do sujeito ritual são ambíguas, pois o transitante passa através de um estado em que tem nenhum ou poucos atributos do estado passado e do futuro. Isso transparece tanto nos aspectos sociais de Janjão (recém diplomado, mas ainda sem profissão definida), quanto nos formais (passivo e humilde no diálogo, começando com “denguices” e, aos poucos, fazendo inferências corretas sobre o modelo a adotar). (iii) Na terceira fase (reagregação), o sujeito ritual entra outra vez em um estado relativamente estável, no qual tem pretensões e deveres perante outros de tipo claramente definido e estrutural. Após o diálogo, o pai já pode esperar, com efeito, que Janjão se comporte de acordo com as normas que orientam a posição pública de medalhão. O rito de passagem é um cenário perfeito para Machado não apenas porque lhe permite fazer uma descrição objetiva e crítica sobre os padrões de comportamento relacionados aos fluxos comunicacionais no Brasil, mas também porque simboliza o limiar e a reagregação de uma nova esfera pública republicana aos velhos padrões oligárquicos.

O pai de Janjão apresenta a estrutura tradicional da esfera pública brasileira, ao mesmo tempo em que antecipa suas novas condições culturais. A ornamentação já não mais dependeria das desigualdades chapadas de uma sociedade estamental, da divisão estanque entre proprietários e não proprietários e dos costumes e sentimentos oligárquicos. A função passaria a se basear fundamentalmente na propaganda, como novo modo de obtenção de visibilidade sem transparência, comenta a personagem: “não te falei ainda dos benefícios da publicidade... Uma notícia traz outra; cinco, dez, vinte vezes põe o teu nome ante os olhos do mundo...” (ASSIS, 2008a, p. 273).

A reconfiguração da esfera pública acompanhava o surgimento de um novo ramo do liberalismo no Brasil. Entre nós, o liberalismo significou tradicionalmente, desde as lutas patrióticas da burguesia agroexportadora contra os privilégios da metrópole, comércio livre. E não trabalho livre,

nem ação política livre – que lhe eram mesmo antíteses. Liberal era o conservador das liberdades conquistadas em 1808 e 1822: produzir, vender e comprar, inclusive escravos e terras ilimitadas; de submeter os escravos jurídica e coativamente; de se fazer representar politicamente como proprietário. No contexto brasileiro, o liberalismo surgiu como ideário voltado à consolidação dessas prerrogativas econômicas da classe fundadora do Império, por meios econômicos (comércio, produção escravista e compra de terras) e políticos (eleições indiretas e censitárias) (BOSI, 1992, p. 198-200; CARVALHO, 1990, p. 25). Liberais ora se alternavam, ora se combinavam com os conservadores no parlamento, porque todos tinham os mesmos compromissos oligárquicos. Nada de excêntrico, deslocado ou artificial era o uso do termo liberalismo pelos políticos brasileiros ao legitimar o longo cativeiro dos negros, alerta Bosi, pois se via o mesmo em todas as regiões cujo sistema produtivo era de plantagem (*plantation*). Era um ideário da classe economicamente dominante para assumir seu papel de grupo dirigente contra o rei e o jugo das metrópoles. Esse era seu alcance e seu limite (BOSI, 1992, p. 202-203). Seu lema: *laissez* desmatar, *laissez* plantar, *laissez* escravizar, *laissez* exportar. O livre comércio, sem a presença estatal protecionista para setores socialmente estratégicos, nem compensadora de relações economicamente desiguais é a linguagem dos partidos liberais-conservadores que era preponderante na época e adentrou os séculos XX e XXI. Anarquia na economia, reacionarismo em política. As fórmulas continuam funcionando (BOSI, 1992, p. 207-211).

No entanto, no final do séc. XIX, surge um outro liberalismo, a partir da crise política com o poder monarquista em 1868, da ascensão de uma burguesia urbana e das campanhas pela abolição. Esse era um liberalismo defensor do trabalho livre e do voto universal. Tinha em suas fileiras Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Silva Jardim e outros grandes nomes (BOSI, 1992, p. 228-229; MELLO, 2007, p. 136-143). A visão de sociedade desses novos liberais claramente não era mais estamental e agroexportadora. Eles apontavam para o horizonte de um regime econômico escorado na indústria, no trabalho assalariado, na pequena e média propriedade, no ensino gratuito e no sufrágio universal. Propunham medidas de integração social dos ex-escravos, como reforma agrária e educação pública – embora tenham gastado todas suas energias resistindo aos ataques dos ex-proprietários de escravos, que não se conformavam com a abolição sem indenização (BOSI, 1992, p. 234; CARVALHO,

1990, p. 24 e 26). As classes muito ricas e muito pobres continuaram existindo, mas uma classe média emergia e aumentava de poder, transportando às demais parte de suas ideias, hábitos e sentimentos. Ao ser concebida no limiar da república, a “Teoria do medalhão” já reflete sobre essa nova esfera pública de uma sociedade que tinha a pretensão, ao menos, de ser urbana, industrial e democrática, embora não abandonasse a ornamentação, levada adiante, agora, por meio da propaganda.

Há três formas de propaganda, segundo se extrai do conto de Machado. (i) A primeira é barata, fácil, constante e cotidiana, porque baseada nos sucessos insignificantes que servem apenas para pôr “em relevo a tua pessoa”. Exemplifica: “se caíres de um carro, sem outro dano, além do susto, é útil mandá-lo dizer aos quatro ventos, não pelo fato em si, que é insignificante, mas pelo efeito de recordar um nome caro às afeições gerais” (ASSIS, 2008a, p. 273). Várias passagens do conto são dedicadas a essa forma de propaganda, como esta famosa: “longe de inventar um Tratado Científico da Criação dos Carneiros, compra um carneiro e dá-o aos amigos sob a forma de um jantar, cuja notícia não pode ser indiferente aos seus concidadãos” (ASSIS, 2008a, p. 273). Noutro exemplo, fala da publicidade de aparecer para os outros em livrarias: “... não são propícias ao nosso fim; e, não obstante, há grande conveniência em entrar por elas, de quando em quando, não digo às ocultas, mas às escâncaras” (ASSIS, 2008a, p. 272). É a mesma forma de propaganda que vemos, por exemplo, neste início de século XXI, nas redes sociais (ii) A segunda forma é baseada na reprodução e exposição da própria imagem em retratos, bustos, jornais: “qualquer que seja a teoria das artes, é fora de dúvida que o sentimento da família, a amizade pessoal e a estima pública instigam à reprodução das feições de um homem amado ou benemérito” (ASSIS, 2008a, p. 273). A propaganda desse tipo ganhou, com o tempo, o reforço da televisão, dos outdoors, do *youtube*, dos *memes*. (iii) A terceira forma consiste nos discursos políticos, que são também “um modo de convocar a atenção pública”. A política é tragada ao nível da promoção pessoal. “Podes pertencer a qualquer partido, liberal ou conservador, republicano ou ultramontano, com a cláusula única de não ligar nenhuma ideia especial a esses vocábulos...” (ASSIS, 2008a, p. 274). As diferentes ideologias políticas perdem todo programa e conteúdo. Vemos a mesma estratégia na nomenclatura dos partidos políticos até hoje, assim como nos sentidos de “direita” e “esquerda”, “liberal” e “socialista”, “conservador” e “comunista”. Tais vocábulos

não servem para orientar o pensamento e a discussão política, porque são usados de modo disforme e meramente retórico.

No final do conto, o pai de Janjão encerra: “guardadas as proporções, a conversa desta noite vale o Príncipe de Machiavelli” (ASSIS, 2008a, p. 275). A aproximação com Maquiavel é significativa, pois são tematizadas as condições simbólicas do poder. Ser medalhão é ter condições simbólicas para adquirir e manter o poder em uma sociedade oligárquica. Os que sabem as regras do jogo sabem vertê-las a seu favor.

Uma diferença notável afasta, contudo, a “Teoria do medalhão” de ser uma aplicação local e contextual de “O príncipe”. O conto é uma teoria sobre as relações sociais travestida de manual de ação política. Ao contrário do príncipe, o sujeito machadiano não tem poder algum de se erguer sobre as circunstâncias e fundar novas instituições. Ele capitula diante da “Aparência dominante” (BOSI, 2003, p. 102). A “Teoria do medalhão” consiste em que a máscara, a mentira, a obscuridade são aspectos necessários das relações na sociedade brasileira da época, são sua própria essência, tanto na vida pública, quanto na vida íntima. Daí o tom melancólico do conto. O medalhão, diz o pai de Janjão, é um “ornamento indispensável”, uma “figura obrigada” (ASSIS, 2008a, p. 274). Por isso, Alfredo Bosi fala dos “contos-teoria” como um gênero literário próprio em que não há tipos, caracteres, figuras que agem – ao contrário da performatividade do príncipe. As personagens têm poucos contornos, são vultos. Elas representam a aceitação pós-romântica da impotência do sujeito quando desamparado das instituições (BOSI, 2003, p. 94 e 103). Os contos-teoria são um gênero com forma consagrada, no caso, o diálogo, cujas personagens são meros porta vozes de um diagnóstico sobre a sociedade conduzido por um narrador escondido e irônico.

O que a “Teoria do medalhão” retrata é um poder que, com a modernização da sociedade, ainda se efetiva pelo aparecer. O bom é identificado com o que aparece. O que aparece, com o bom. Os agentes sociais precisam estar conectados às múltiplas plataformas de difusão, em um constante compartilhamento de sua imagem. O desligamento dessas redes significa o fracasso econômico, social e político. Muito mais do que denunciar essa visibilidade intransparente da cultura moderna, o conto mostra que não se deve menosprezar um agente político por seu baixo nível intelectual, por sua falta de teoria ou programa: isso é precisamente sua força. Os conceitos elásticos, sem referência concreta, fortalecem uma dominação política arbitrária e personalista. Tal estratégia

permite usar meios modernos e racionais, como a propaganda, para fins absolutamente arcaicos e irracionais.

A educação anti-intelectual

“Com os suspiros de uma geração é que se amassam as esperanças de outra” (ASSIS, 2008a, p. 270). Assim inicia o pai a formação do filho para a vida pública, a qual se confunde ironicamente com uma deformação. A forma clássica do diálogo é usada para fins antissocráticos: “...proíbo-te que chegues a outras conclusões que não sejam as já achadas por outros. Foge a tudo que possa cheirar a reflexão, originalidade...” (ASSIS, 2008a, p. 275).

O pai de Janjão já parte do pressuposto de que as ideias são objetos linguísticos – “não trato do vocabulário, porque ele está subentendido no uso das ideias... o adjetivo é a alma do idioma, a sua porção idealista e metafísica” (ASSIS, 2008a, p. 272) – e, portanto, de que não se tem muito controle sobre elas. Assim, aconselha ao filho três exercícios para atrofiamento do espírito e para evitar o surgimento de novas ideias: (i) um regime de leituras de retórica para domínio de “locuções convencionais e fórmulas consagradas incrustadas na memória individual e pública” (ASSIS, 2008a, p. 272) – sentenças latinas, versos célebres, figuras expressivas, brocardos jurídicos –; (ii) práticas de salão banais como jogo de cartas, dominó, bilhar etc.; e (iii) passeios recreativos acompanhados, “porque... espírito deixado a si mesmo, embora no meio da multidão, pode adquirir essa tal ou qual atividade” (ASSIS, 2008a, p. 271).

A função desses exercícios é reproduzir e ornamentar o senso comum. O pai exemplifica com uma questão a ser discutida sobre determinada lei ou sistema legal que não produz os efeitos desejados. Em vez de atizar a curiosidade dos outros, fazer uma pesquisa, coletar dados, analisar causas possíveis, prováveis ou certas, em vez disso, basta dizer: “Antes das leis, reformemos os costumes! – E esta frase sintética, transparente, límpida, tirada ao pecúlio comum, resolve mais depressa o problema, entra pelos espíritos como um jorro súbito de sol” (ASSIS, 2008a, p. 272). É preciso mudar a cultura, direitos humanos para humanos direitos etc., são todas essas formulações que continuam a circular em palestras ou discussões no país afora e a ser invocadas para resolver todo tipo de problema. Não passam de uma reprodução do senso comum. Que tipo de estratégia ilustra o ensino do pai de Janjão?

A redução da discussão à opinião corrente garante que o medalhão, por sua superficialidade e indeterminação, não corra o risco de sofrer objeções. Nas palavras de Bosi (2003, p. 92), “são um nada garantido, isento dos reveses da contradição”. As afirmações de senso comum desempenham um papel central em uma esfera pública ornamental, porque evitam dissentimentos, bloqueiam as potenciais negações ao falante e impedem, portanto, uma cobrança dos ouvintes por justificação pública.

Outra tática semelhante mencionada por Machado consiste em transformar as ideias pragmaticamente em seu contrário. A metafísica e, em especial, a metafísica política, recomenda o pai de Janjão, é ainda melhor que as miudezas do senso comum. Não importa a racionalidade, seu efeito prático é de se adaptar flexivelmente a qualquer público, permitir ser notório e impedir a contraposição com referências concretas:

...Um discurso de metafísica política apasiona naturalmente os partidos e o público... E depois não obriga a pensar e descobrir. Nesse ramo dos conhecimentos humanos tudo está achado, formulado, rotulado, encaixotado; é só prover os alforjes da memória (ASSIS, 2008a, p. 275)

A tática atribui validade às ideias não por serem verdadeiras ou moralmente corretas, por causa de seu conteúdo objetivo, mas por um motivo pragmático, independente do conteúdo.

Por certo, Machado está denunciando aqui uma educação anti-intelectualista – no sentido de uma desvalorização do ensino universal e igualitário, das bibliotecas, dos museus, das universidades etc. –, a qual teve uma clara função de conservação da dominação dos antigos senhores e escravocratas (HOLANDA, 1995, p. 83). Ao mesmo tempo, está mostrando que o mercado de ideias – que é a imagem liberal por excelência da esfera pública, na qual a reflexividade e o esclarecimento resultam da dispersão e competição entre diferentes opiniões, interesses, mídias etc., garantidos por direitos subjetivos individuais (por todos, *cf.* MILL, 2016, p. 49 e 60-1) – equivale à conversão das ideias em senso comum ou idealismo vulgar, sem força crítica. Há várias passagens da vasta obra machadiana, reunidos por Cilene Pereira, em que a dimensão da troca e do intercâmbio de ideias é associada ao medalhão, porque as personagens se apropriam das ideias alheias para fins absolutamente banais e retóricos (PEREIRA, 2018, p. 159-62). Quando submetida ao consumo, não menos do que ao clientelismo, a esfera pública perde seu sentido de racionalização das

opiniões privadas, desaparece a importância ou a necessidade de conteúdo, para se tornar mero meio de projeção de figuras privadas.

A sociedade lotérica

“A vida, Janjão, é uma enorme loteria; os prêmios são poucos, os malogrados inúmeros...” (ASSIS, 2008a, p. 270). Os que não ganham são engolidos pela obscuridade. “Mas os que triunfam!” (ASSIS, 2008a, p. 274). Se a vida social é assim tão ruim, é preciso estar, ao menos, ao lado dos afortunados, ensina o pai. É preciso não temer a reprodução das injustiças (VASSOLER, 2015, p. 67).

A situação matriz do conto é, como se viu, o desequilíbrio social, o desnível entre os estamentos sociais – que só pela sorte de uma herança ou de um casamento poderia ser compensado. Não há igualdade entre proprietários e não proprietários, apenas aparência de igualdade. No entanto, a imagem da sociedade como loteria é um sintoma mais amplo e persistente do que a da sociedade estamental.

A mobilidade social que aos poucos surge no Brasil, através da urbanização e da industrialização, continua não significando mais do que a chance de cada indivíduo ser tão rico e notório, ou tão pobre e obscuro, quanto os demais. Isso conserva um flanco para enormes desigualdades. Uma grandeza incessantemente colocada em meio a classes com pouca propriedade faz com que passem a amar as desigualdades como amam a loteria, pela chance, ainda que mínima, de entrar no corpo da elite. “O que provoca o coração humano é bem menos a certeza de um pequeno sucesso do que a possibilidade de uma grande fortuna”, dizia um famoso teórico da democracia (TOCQUEVILLE, 2004, p. 17).² A imagem da loteria representa muito bem esse vício da extrema desigualdade social que é, ao mesmo tempo, sua força. As chances mínimas de obter o prêmio podem ser mantidas, desde que ele seja muito elevado.

A loteria social é um fenômeno de propaganda. Agora como antes, enquanto o pensamento liberal continue permitindo uma alta concentração de propriedade, a igualdade não passará de mera aparência (a chance de ganhar o prêmio), que encobre as desigualdades reais (todos os que deixam de ganhá-lo).

² “Ce qui entraîne le plus le cœur humain, c’est bien moins la certitude d’un petit succès que la possibilité d’une haute fortune”.

O trabalho de si mesmo

“Entretanto, ... é de boa prática social acautelar um ofício para a hipótese de que os outros falhem, ou não indenizem suficientemente o esforço de nossa ambição... Nenhum me parece mais útil e cabido que o de medalhão” (ASSIS, 2008a, p. 270). Os membros da elite brasileira dos oitocentos aprendem ao menos duas coisas sobre a profissão. A um, que não podem ter com ela um vínculo forte de identificação, afinal ela pode sempre falhar, sendo necessária uma atividade paralela (VASSOLER, 2015, p. 68). A dois, que ter sucesso não é possível através do trabalho produtivo, nem do cultivo da subjetividade, mas somente através das relações pessoais. A máscara é necessária, porque só ela permite a ascensão social (BOSI, 2003, p. 76-77). Trata-se, portanto, de um trabalho que não pode ser difícil, nem profundo, mas sim um para ser notado, desempenhado pelo medalhão.

No entanto, o medalhão é narrado como um ofício sério, austero e moroso.

Geralmente, o verdadeiro medalhão começa a manifestar-se entre os quarenta e cinco e cinquenta anos... É difícil, come tempo, muito tempo, leva anos, paciência, trabalho, e felizes os que chegam a entrar na terra prometida. (ASSIS, 2008a, p. 271)

Os exercícios que o pai aconselha devem ser praticados severamente a fim de que ele reduza o intelecto, “por mais pródigo que seja, à sobriedade, à disciplina, ao equilíbrio comum” (ASSIS, 2008a, p. 272). O atrofiamento do espírito ganha aqui o disfarce da sobriedade, disciplina e equilíbrio, embora não corresponda a nenhum dos três, mas apenas ao senso comum ou ao idealismo vulgar. Isso revela, ainda que por ironia, que o ofício de medalhão já não é de uma classe ociosa que somente administra seu patrimônio, nem é um trabalho para não trabalhar, como era o caso dos grandes proprietários – não só porque “não fica excluída nenhuma outra atividade” (ASSIS, 2008a, p. 274), mas também porque é exigida uma conversão completa de si próprio em máscara e em imagem.

O que narra Machado é um uso da razão que não é necessariamente uma visão falsa do mundo, uma ideologia de primeiro ou segundo grau, o ornamento de uma estrutura econômica e social baseada na troca de favores, como lê Schwarz, porque o uso da razão se torna, no longo prazo, uma imagem de mundo, uma forma de subjetivação,

um ornamento sem outros fundamentos (WITTGENSTEIN, 1970, p. 94, 162 e 167). O medalhão é a visibilidade social que conseguiu se autonomizar da transparência, a máscara que conseguiu se autonomizar do rosto, compreende Bosi (2003, p. 101), para existir sem reflexão, sem ideias, sem crítica. O medalhão torna-se uma forma de vida. A lógica da aparência descrita por Machado é um modelo social de individuação, no qual seu relacionamento com os outros e consigo mesmas se dá analogamente à propaganda.

A gestão pessoal por meio de livros de autoajuda, *coaches* etc., são os instrumentos mais recentes dessa construção dos indivíduos como imagens do sucesso. O estímulo que conferem às capacidades criativas e à autodisciplina tem o objetivo de permitirem a autoprojeção pessoal e o ajuste flexível ao senso comum. As pessoas passam a ver a si mesmas (e ao mundo público e político!) como uma imagem dirigida à obtenção de aclamações plebiscitárias, como são os *likes* nas redes sociais (WERLE, 2013, p. 161). É dessa forma que a esfera pública ornamental bloqueia pretensões de verdade e de moralidade que podem surgir, nesse entretanto, nos espaços públicos de discussão e de formação deliberativa da opinião e da vontade coletiva.

A partir dos elementos da propaganda, do mercado de ideias, da loteria social e do trabalho de si, procurei mostrar que a “Teoria do medalhão” representa um rito de passagem da esfera pública em uma sociedade estamental para outra em uma sociedade massificada – em contraponto a Schwarz, que ancora a função de ornamentação ao primeiro contexto (*cf.* as críticas de José Arthur Giannotti e Davi Arriguci Jr. em SCHWARZ 1991, p. 67-71). Ficou intocada, porém, a questão se essa reconfiguração é apresentada desde uma perspectiva cínica, trágica ou crítica.

2 A leitura cínica de Bosi

“Isto é a vida; não há planger, nem imprecisar, mas aceitar as coisas integralmente, com seus ônus e percalços, glórias e desdouros, e ir por diante” (ASSIS, 2008a, p. 270). Se seguimos uma corrente interpretativa bastante aceita, a fala do pai de Janjão reproduziria aqui a visão de mundo do próprio Machado. Defenderei na segunda e terceira partes do artigo, ao contrário, a visão de um artista crítico político.

A ironia machadiana é interpretada por Bosi (2003) como naturalista e cínica. Não viria de alguém indignado ou impaciente, mas de alguém que “observa a força de uma necessidade objetiva que prende a alma frouxa e veleitária de cada homem ao corpo uno, sólido e manifesto das formas instituídas”. Essa crítica “silenciosa” e “subterrânea” seria adequada à certa teoria comportamental determinada pela adaptação do instinto de autopreservação às conveniências sociais. A dicotomia natural entre fracos e fortes seria reproduzida simbolicamente entre ingênuos e medalhões. Para Bosi, haveria nisso um elemento autobiográfico, um pretexto para não se culpar moralmente os sujeitos que, como Machado, “buscaram subir com a maré de seu tempo para não se afogarem na pobreza, na obscuridade e na humilhação”. É um humor que não escamoteia, mas também nada espera além de crueza e sofrimento humanos. Só a máscara é possível (BOSI, 2003, p. 85-86 e 125).

Próximo dessa leitura, Flávio R. Vassoler argumenta que a ambivalência e volubilidade da ironia adaptam-se melhor aos mais diversos e indiferentes conteúdos, conforme o objetivo do medalhão, do que o riso direto e eschachado. Segundo o intérprete, a ironia machadiana operaria dentro de uma dialética entre crítica e apologia à sociedade brasileira. A narrativa seria conduzida pela figura autoral-paternal, capaz de se distanciar altiva, teórica e originalmente dos padrões sociais, mas sem os negar totalmente. O pai de Janjão dá as pistas da razão por que ele mesmo não conseguiu se tornar medalhão: não conseguiu condicionar o intelecto inteiramente às convenções sociais. Como Machado, ele ainda demonstra erudição ao refletir sobre os mecanismos de sucesso social, o que o impede de satisfazer totalmente os padrões exigidos. Dessa forma, o escritor estaria, ao mesmo tempo, denunciando e apregoando a sociedade brasileira existente (VASSOLER, 2015, p. 71).

No entanto, a ironia que perpassa o conto é muito ruidosa na inversão entre valores negativos em positivos, como no elogio ao filho por sua “perfeita inófia mental”, para significar uma postura cínica ou apologética. A interpretação falha em apreender o conteúdo crítico da ironia. Nesse aspecto, a leitura de Schwarz merece ser reafirmada, porque capta o recurso formal da escrita machadiana: “ao invés de você falar em nome próprio, com lirismo ou reflexões sinceras, você identifica o seu ‘eu lírico’ com o lado mais abjeto da classe dominante” (SCHWARZ, 1991, p. 63). A ironia emerge por meio de inversões abjetas na voz dos membros da classe dominante.

A ambivalência formal da ironia conduz a uma consciência crítica radicalizada. Isso transparece na paródia do próprio título “Teoria”, na qual cientificismo e naturalismo vêm com valores invertidos. É risível tanto a atitude daquele que acredita que as máscaras existentes são autênticas, quanto aquele que acredita que as arrancar revelaria toda a verdade. Se a leitura de Schwarz falha em restringir a crítica à denúncia de uma sociedade arcaica e estamental, a de Bosi falha em não dar conta do caráter não conformista da ironia machadiana. A base normativa machadiana não é uma sociedade brasileira romantizada, mas tampouco seu oposto cientificista e igualitário. A ironia é a atitude de um autor que não se reconcilia nem aqui, nem acolá; nem ao conformismo cínico, nem à utopia (*cf.* BOSI, 2003, p. 126).

Fica em aberto, com isso, o flanco para a identificação na obra de conceitos próximos à filosofia de Nietzsche, como leem Rogério de Almeida (2020) e outros.

3 A leitura trágica de Almeida

Para Machado, não há sentido natural para a existência humana e social. A natureza não é apresentada como uma força motriz ou um princípio racional, como faziam os naturalistas. Não há enigma, nem problema a ser solucionado. Há, isso sim, entende Almeida, uma sucessão de acasos, artifícios, egoísmos, sem outros fundamentos. Segundo ele, se o escritor traz à tona as estruturas da sociedade, não seria para indignar ou mudar. Desejos e vontades não seriam capazes de alterar a condição absurda e sem sentido da existência. Nessa soma trágica de acaso em acaso, não se prefiguraria otimismo, nem pessimismo: apenas indiferença (ALMEIDA 2020, p. 20, 32 e 47).

Os pares conceituais do pensamento trágico a orientar a obra machadiana seriam acaso e convenção; nada e imaginação; absurdo e escolha. Assim, ao lado do sentido negativo da existência, encontrar-se-ia o sentido propositivo de um jogo criativo com acaso, aparência e convenção. Seu humor destrutivo revelaria a fatalidade das coisas, ao mesmo tempo em que levantaria uma alegria trágica, uma fagulha para a construção de novos acasos, novas aparências e novas convenções (ALMEIDA, 2020, p. 21 e 41).

A visão de mundo machadiana é, também de acordo com Jason M. Carreiro, de uma vontade de viver, de um puro instinto, em que

conhecimento, verdade, moralidade etc., são valores a serviço da luta pela autopreservação. Não haveria pontos de vista exteriores à vida. A ironia machadiana teria caráter trágico pelo reconhecimento desse movimento vital (horrível, sofrido e eterno) e por sua reafirmação e ressignificação (artística, lúdica e bem-humorada) (CARREIRO, 2006). Vitor Cei acrescenta, na mesma linha, que a ironia seria a forma literária que Machado encontra para dar vazão ao niilismo e, ao mesmo tempo, superá-lo. Não mediante uma comédia *non sense*, um passatempo ou um consolo, mas mediante uma galhofa criativa e afirmadora da vida, apesar de todos seus horrores e sofrimentos (CEI, 2016, p. 165-169).

Ainda para essa interpretação, a perspectiva do artista expressa-se através do pai de Janjão (ALMEIDA, 2020, p. 128). O medalhão seria a representação do jogo com as convenções. A função da educação seria ensinar a brilhar, a fim obter vantagens sociais. A pedagogia de Machado não instauraria um processo de aprendizagem acerca de problemas objetivos – sejam teóricos, morais ou estéticos – mas sim ensinaria a tomar parte ativa na crueldade da vida. O contrário seria ilusão e fuga da realidade (ALMEIDA, 2020, p. 64-66, 114 e 152 ss.).

É preciso discordar frontalmente dessa leitura, que estranhamente atribui ao escritor brasileiro a linguagem heroica e os programas antissociais de Nietzsche. Programas antissociais, porque, se não há razões para esperar uma transformação da realidade, não há motivação para essa transformação. Nas palavras de Almeida (2020, p. 55-56), a criatividade machadiana limita-se à “aprovação incondicional” do existente: “a intenção pedagógica ligada ao trágico não está na transformação da realidade, mas na sua aprovação”. Para Machado, contudo, como se viu, aprovar a figura do medalhão equivale a elogiar a inópia mental. Linguagem heroica, porque confia a reconfiguração da realidade à livre criação artística de novas convenções. Isso não condiz com o realismo machadiano, cujas temáticas têm um conteúdo de verdade que não se reduz à cosmologia da vontade de poder. O “realismo” que Almeida não se cansa de contrapor à “ilusão” da crítica nada tem de realista afinal, pois lhe falta todo conteúdo cognitivo que caracterizou, desde Balzac, esse gênero literário (*cf.* ALMEIDA, 2020, p. 101, 115 e 170). A leitura trágica despede-se tanto do realismo, quanto da ironia machadiana.

No final do conto, essa última toma-se como objeto (ASSIS, 2008a, p. 275):

Somente não deves empregar a ironia, esse movimento ao canto da boca, cheio de mistérios... feição própria dos céticos e desabusados. Não. Usa antes a chalaça... amiga, gorducha, redonda, franca, sem biocos, nem véus, que se mete pela casa dos outros, estala com uma palmada, faz pular o sangue das veias, e arrebetar de riso os suspensórios.

Segundo Almeida (2020, p. 127), já não haveria aí ironia, mas chalaça, confirmando que o autor “apaga qualquer possibilidade de se escapar à convenção”. Pelo contrário, a passagem radicaliza o paradoxo entre análise sociológica e humor. A ironia está na sátira do “medalhão”: a denúncia que se revela apenas por meio de seu contrário.

Na primeira parte do artigo, mostrei que o objeto do conto não se limita às opiniões e motivações humanas (e à misantropia em que isso sempre desemboca, pouco importa o ponto de partida moralista, naturalista ou trágico), porque aborda as instituições (representação política, educação, proteção social, organização do trabalho etc.) que moldam essas opiniões e motivações. O tema da “bizarra e paradoxal teoria”, como não deixa de reconhecer Bosi, é o sentido das relações cotidianas determinado por uma estrutura profunda de instituições (BOSI, 2003, p. 84-85). Portanto, a ironia machadiana não tinha como alvo a condição finita, arbitrária e trágica da existência humana, mas sim as instituições que configuram essa existência, a despeito da vontade individual das personagens. O que Almeida toma como dado natural do ser humano não passa de um arranjo institucional particular.

Por certo, o “medalhão” parece funcionar como um tipo nietzschiano: ele não reflete, não pede desculpas, age egoisticamente e afirma a vida sem ressalvas. No entanto, por trás desse tipo não está uma cosmovisão trágica. Verifica-se isso não só pela forma satírica e pela temática institucional do conto, como também pelo método da tipificação, o qual pressupõe que a figura representada não apareça sozinha. O tipo faz sentido apenas por comparação. Diferente de Nietzsche, não há no conto elogio a tipos afirmadores da vida pelo contraste com tipos negadores da vida (NIETZSCHE, 2009, p. 80 ss.). O que há é um desmonte dos caracteres ornamentadores. O “medalhão” não serve para afirmar uma cosmovisão trágica, mas sim para compreender a conexão vital típica brasileira das razões e, ao mesmo tempo, o aspecto único, diferente, particular da conexão vital literária de Machado: sua atitude não-ornamentadora (*cf.* DILTHEY, 2010, p. 194-195).

Embora não esteja nem dentro da sociedade brasileira, nem fora, há um lugar no qual Machado está em casa. Este lugar é o limiar da fundação da república. Em lugar da criação heroica de novas convenções, um ceticismo moderado acerca da plausibilidade de uma condição cultural diferente. Não se contenta com escancarar o absurdo do mesmo, porque coloca em dúvida o outro. A ironia machadiana expressa o quanto é necessário e o quanto é difícil evadir-se de uma esfera pública ornamental no Brasil – pelo caminho longo e incerto que sua crítica conduz. Esse é o sentido da denúncia contra a reagregação das instituições à função ornamentadora.

Muito mais do que o ceticismo com a república, o lugar normativo da crítica machadiana é o limiar da esfera pública: um espaço de ambivalência entre reprodução e inovação social, entre influxos de irracionalidade e de racionalidade. Para além da reconfiguração, observava-se uma efetiva transformação da esfera pública brasileira no Rio de Janeiro durante a derrocada da monarquia. Os círculos ornamentais e fechados eram substituídos pelas praças públicas, na qual as questões políticas eram debatidas abertamente, explica Maria Tereza de Mello (2007, p. 11-12):

o que ocorreu, na década de 1880, foi a ampliação do espaço público através de associações, conferências, imprensa, livrarias, confeitarias, clubes, mobilizações populares etc. Com isso, a rua foi ressignificada... Acontecimentos econômicos, políticos e sociais, ideologias e teorias ganhavam importância pela oportunidade de sua apreciação pela opinião pública.

A historiadora destaca a exposição, a discussão e a repercussão popular que passaram a orientar as questões políticas da época, como abolicionismo, república, imperador, papel dos militares etc. Havia “uma opinião pública em formação, que verbalizava nas ruas, nos teatros, em conferências, no Parlamento, na imprensa, as suas adesões e aversões, mediante o uso público da razão crítica” (MELLO, 2007, p. 48). Se não existisse a opinião pública – pergunta Machado em crônica contra os detratores dela – “como se falaria tanto em seu nome, na tribuna, na imprensa, nos meetings, na praça do comércio, na rua do Ouvidor?” (ASSIS, 2008b, p. 1164).

A rua do Ouvidor era – explica Mello – a rua pouco extensa, estreita, mal calçada e suja, praticamente um beco, que concentrava toda a movimentação política, social e literária (e grande parte da comercial) do

Rio de Janeiro e, por extensão, do país. Ela e suas adjacências passaram a abrigar a grande imprensa, os hotéis destacados, as principais livrarias e editoras, além de outros pontos de encontro como charutarias, papelarias, cafés e restaurantes. A rua do Ouvidor representava, naquela época, a democratização do mais importante espaço público da cidade: deixava de ser símbolo da ornamentação da corte para se tornar símbolo da ressonância e amplificação de discursos emergentes da sociedade civil (MELLO, 2007, p. 56-58).

Se lemos o conto *a contrario sensu*, Machado está contribuindo precisamente para aquilo que defende como necessário no Brasil – a formação de um público que sabe ler, interpretar e pensar mediante razões.³ Ao contrário do pai de Janjão, ele rejeita radicalmente o existente. Nesse sentido, reflete sobre o meio de comunicação de massas da época, os jornais: “e o que é a discussão? A sentença de morte de todo o *status quo*, de todos os falsos princípios dominantes. Desde que uma coisa é trazida à discussão, não tem legitimidade evidente, e nesse caso o choque da argumentação é uma probabilidade de queda” (ASSIS, 2008c, p. 1035). Valendo-se performativamente da literatura, o escritor faz uma crítica à seletividade da esfera pública preponderante no país – personalista, anti-intelectual, desigual e nada receptiva a argumentos –, e ao mesmo tempo movimenta uma outra esfera pública – renovada e culta, ainda que incipiente (PERLATTO, 2015, p. 125 e 133). A ironia machadiana é uma forma de resistência difusa, criativa e oculta contra a função ornamentadora dos espaços sociais de troca de razões.

Conclusão

A “Teoria do medalhão” satiriza a função de ornamentação da esfera pública brasileira, a qual persistia na passagem do império à

³ Outros exemplos explícitos de tratamento sobre a esfera pública do ponto de vista institucional são a crônica de 5 de março de 1867, em que Machado inaugura espaço em jornal se apresentando à “dona” da imprensa, quer dizer, à opinião pública, ainda que silenciosa e seduzida pelas mentiras dos representantes políticos (ASSIS, 2008b, p. 1166); a crônica de 15 de agosto de 1876, em que condena que “as instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos... A opinião pública é uma metáfora sem base; há só a opinião dos 30%” (ASSIS, 2008d, p. 315); a crônica de 15 de abril de 1877, em que reclama a falta de publicação dos discursos parlamentares nos jornais (ASSIS, 2008d, p. 358); a crônica de 11 de agosto de 1878, em que ironiza a inexistência de oposição dentro das instituições representativas brasileiras (ASSIS, 2008e, p. 452-457).

república: na passagem da erudição vazia à propaganda; da falta de sistema educacional à educação para o senso comum; das heranças familiares à mobilidade social lotérica; da administração do patrimônio à administração da própria imagem. Não se limita à representação de uma sociedade arcaica, como lê Schwarz, nem à atitude cínica ou trágica diante da existência humana, como interpretam Bosi e Almeida, porque tematiza a esfera pública brasileira no momento de uma reagregação à função ornamental. Através da literatura, contudo, Machado faz valer uma forma de integração social transformadora, na qual o público não se reduz à publicidade. Não subestima o potencial do público brasileiro de gerar essa nova esfera pública, a despeito da pressão homogeneizadora do clientelismo e da propaganda. A ironia machadiana é essa fagulha de uma razão possivelmente existente no Brasil.

Referências

ALMEIDA, Rogério de. *O imaginário trágico de Machado de Assis: elementos para uma pedagogia da escolha*. 2. ed. São Paulo: FEUSP, 2020.

ASSIS, Machado de. “Teoria do medalhão”. In: ASSIS, Machado de. *Obras completas em quatro volumes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008a. v. 2. p. 270-275.

ASSIS, Machado de. Cartas fluminenses. In: ASSIS, Machado de. *Obras completas em quatro volumes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008b. v. 3. p. 1164-1171.

ASSIS, Machado de. A reforma pelo jornal. In: ASSIS, Machado de. *Obras completas em quatro volumes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008c. v. 3. p. 1035-1036.

ASSIS, Machado de. História de quinze dias. In: ASSIS, Machado de. *Obras completas em quatro volumes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008d. v. 4. p. 301-396.

ASSIS, Machado de. Notas semanais. In: ASSIS, Machado de. *Obras completas em quatro volumes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008e. v. 4. p. 405-473.

BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In: ASSIS, Machado de. *Dialética da colonização*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 194-245.

BOSI, Alfredo. A máscara e a fenda. In: BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. 1. ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 73-126.

CARREIRO, Jason Manuel. Relações intertextuais entre Machado de Assis e Nietzsche. *Germina*, [S. l.] v. 2, n. 3, jul./ago. 2006.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CEI, Vitor. *A voluptuosidade do nada: niilismo e galhofa em Machado de Assis*. São Paulo: Annablume, 2016.

DILTHEY, Wilhelm. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. Tradução: Marco Casanova. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GADAMER, Hans-Georg. *Wahrheit und Methode: Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik*. 6. Aufl. J. C. B. Mohr (Paul Siebeck): Tübingen, Band 1, 1990.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Denilson Luis Werle. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. 19. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*. Tradução: Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução: Paulo César de Souza. 6. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PEREIRA, Cilene Margarete. “Teoria do medalhão”: o príncipe, de Machado de Assis (e suas repercussões). *Revista Língua & Literatura*, Francisco Westphalen, v. 35, n. 20, p. 150-164, jan./jun. 2018. ISSN: 1984-381X.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23, n. 53, 121-145, mar. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-987315235307>.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora de lugar. In: SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora de lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 47-64.

SCHWARZ, Roberto. Machado de Assis: um debate. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 29, p. 59-84, mar. 1991.

TOCQUEVILLE, Alexis de. État social et politique de la France avant et depuis 1789. In: TOCQUEVILLE, Alexis de. Organização: André Jardin. *Œuvres*. Paris: Gallimard, 2004. v. 3, p. 3-40.

TURNER, Victor W. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Tradução: Nancy Campi de Castro. Petrópolis: Vozes, 1974.

VASSOLER, Flávio Ricardo. Discurso sobre o método poético: o medalhão enigmático no tapete. *Machado de Assis em linha*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 55-75, jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-682120158155>.

WERLE, Denilson Luis. Razão e democracia: uso público da razão e política deliberativa em Habermas. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 36, n. 1, p. 149-176, 2013. Edição especial. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732013000400010>.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Über Gewißheit*. Herausgeber: G. E. M. Anscombe und G. H. von Wright. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1970.